

Conferência “10 Anos do IPCG – O Governo Societário em Portugal”

9 de Julho de 2013

Uma palavra de muito apreço pela presença do Senhor Ministro Prof. Doutor Poiares Maduro em representação de Sua Ex.^a o Senhor Primeiro Ministro Pedro Passos Coelho, que bem dá testemunho do relevo que o Governo atribui ao IPCG e à Corporate Governance.

Há dez anos, cerca de centena e meia de gestores, empresários, académicos e profissionais liberais criaram o IPCG.

Filiado ao reconhecido Instituto Europeu de Corporate Governance, presidido então por António Borges, co-fundador do IPCG, e geminado com o dinâmico Instituto de Governança Corporativa do Brasil, o IPCG surgia como a primeira Instituição destinada à investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance em Portugal, constituindo-se no fórum de referência para esta temática abarcando o desenvolvimento de boas práticas de gestão de pessoas colectivas.

Promover a qualificação de accionistas, sócios, gerentes, administradores, demais membros de órgãos sociais, desenvolver a pedagogia e debater ideias e conceitos contribuindo para uma maior transparência e crescente profissionalismo, sempre atenta a necessária interlocução com reguladores nacionais e internacionais, Ordens e institutos de classe e observância de normas internas e comunitárias em particular – estes foram os objectivos a que o IPCG se propôs.

Foram 10 anos ricos de actividade em que prestaria o preito de reconhecimento às Direcções que dinamizaram o IPCG, em particular as lideradas por Artur Santos Silva, com Manuel Alves Monteiro, e Rui Vilar, com João Talone.

Desde a elaboração do Livro Branco e uma primeira reflexão sobre temáticas jurídicas em sede de Corporate Governance, aos debates que lhe sucederam, à abordagem de Corporate Governance no sector público, até chegar ao aprovado Código de Boas Práticas que se encontra em fase de implementação, longo foi o caminho percorrido.

Pelo meio, foram várias as iniciativas de acções de formação didáctica para não executivos, cadernos informativos, reflexões sobre o sector empresarial do Estado e autárquico, protocolos de colaboração efectiva ao longo dos anos com inúmeras instituições universitárias e entidades como o FAE, Euronext e AEM, Deloitte e PWC, criação e entrega do Prémio Damião de Góis, iniciativa conjunta com a Embaixada dos Países Baixos, iniciativas com a congénere Brasileira, em particular com ênfase nos grupos empresariais familiares, conferências sobre Corporate Governance e anti corrupção, Gestão de Risco, diversidade, segurança social e Corporate Governance e a situação de crise que Portugal atravessa.

Anualmente, temos igualmente contado com a colaboração dos antigos alunos do INSEAD seminários sobre as novas tendências em Corporate Governance, sempre com docentes do INSEAD, titulares da cátedra pertinente.

Enfim, o IPCG, sem protagonismos despropositados, pretende afirmar uma solidez institucional, independente de reguladores, associados e poder público, trilhando um percurso que contribua para uma sociedade mais íntegra, isto é, capaz de assumir as suas responsabilidades.

Cientes de que a implementação do Código, enquanto proposta de sociedade civil de auto regulação, é uma aposta a prosseguir com determinação para empresas em geral e cotadas em particular, que a *governance* para o terceiro sector torna-se aposta a estruturar com empenho, que se impõe renovar a reflexão sobre a *governance* no sector empresarial do Estado e das autarquias e sobre temas como a diversidade e a certificação de candidatos a administradores não executivos continuamos com um programa ambicioso que faça jus ao esforço realizado nestes últimos 10 anos.

Claramente a Corporate Governance em Portugal mudou e acreditamos ter contribuído para tal – por um lado, a centralidade que se afastou do eixo matricial do regulador para uma dialéctica com a sociedade civil e, por outro a consciência de que à pedagogia se deve juntar a praxis que tem manifestamente evoluído no sentido internacionalmente consagrado.

Uma palavra de apreço pelo Regulador, a CMVM – esteve ela na primeira linha.

Preenchendo esse vazio inicial de auto-regulação tem sido uma referência que com dinâmico interesse e cuidada capacidade de diálogo acompanha o devir deste universo temático.

Porque, conluo, o labor do IPCG se deve integrar no contexto mais alargado da defesa dos valores espirituais que a sociedade pós-guerras tem destruído.

Precisamos de mais integridade enquanto capacidade de assumirmos as nossas responsabilidades.

A liderança humana é essencialmente relativa – está subordinada ao imortal e ao ideal da disponibilidade humana tão difícil de alcançar.

Ao individuo livre não lhe pode ser permitido ignorar valores universais e intemporais, como bem afirma Rob Riemen.

A verdade, a bondade, a beleza e a justiça universais e intemporais reduzem-se infelizmente a visões políticas, histórica e socialmente determinadas.

Haverá sempre que defender que a liberdade e a verdade com transparência não existem dissociadas.

Estas reflexões são particularmente relevantes no momento que atravessamos e em que todos os cidadãos e as instituições devem saber responder ao repto da defesa do que é perene – só assim conseguimos continuar a ser uma Nação com orgulho na sua história de 8 séculos.

A cada um a sua responsabilidade.

Pedro Rebelo de Sousa